



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Procuradoria Geral do Município



**CONTRATO 053/2016**  
**PROCESSO Nº 6166/2015**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015**  
**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 034**

**Contratante:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Othon, nº 456, térreo - Centro - Paracambi/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.206.510/0001-94, representada pelo **Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida**, solteiro, residente na Rua Dominique Level, 409 apt. 301, Centro, Paracambi, RJ, portador da Carteira de Identidade nº. 5237682-6 IFP e do CPF nº. 374.265.087-49.

**Contratada:** LIMPALAR COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.499.233/0001-83, sediada à Rua Oscar da Silva Tressa, nº 15, loja 01, Guarajuba, Paracambi/RJ, neste ato representado pelo Sr. **Jorge Henrique de Souza Azevedo**, portador da Carteira de Identidade nº 12824097-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 106.132.477-01.

Nos termos da proposta da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/16**, estabelecemos Contrato de aquisição de materiais odontológico, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 029/15, devidamente homologado pelo Gestor do Fundo Municipal em 28 de janeiro de 2016, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato de aquisição de materiais odontológico, conforme especificações e quantitativos estabelecidos na requisição de compra com base na Ata de Registro de Preços nº 005/2016, cujo teor integra este instrumento, independente de transcrição.

**1.2.** Discriminação do Objeto:

## PROCESSO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAS Nº 2455/2016

Itens do Contrato:

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Valor Total
263555	Acido fosfórico seringa	Unidade	90.0000	R\$ 1.521,00
263556	Adesivo (bond) esmalte e dentina para restauração fotopolimerizável	Unidade	30.0000	R\$ 1.600,50
263557	Agulha Gengival descartável 30 G curta caixa com 100 unidades	Caixa	15.0000	R\$ 1.012,50
263564	Anestésico odontológico injetável com vaso constritor caixa com 50 tubetes de 1,8 ml	Caixa	70.0000	R\$ 4.795,00
263565	Anestésico Tópico Benzocaina 12 GR	Unidade	30.0000	R\$ 387,00
263601	Escova de roson	Unidade	30.0000	R\$ 102,00
263611	Filme para radiografia intra oral periapical adulto caixa 150 unidades	Caixa	5.0000	R\$ 1.128,50
263613	Fio Dental 100 Metros	Unidade	20.0000	R\$ 166,00

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* 1



263648	Resina Fotopolimerizável A2	Unidade	15.0000	R\$ 736,50
263649	Resina Fotopolimerizável A3	Unidade	10.0000	R\$ 491,00
263650	Resina Fotopolimerizável A3.5	Unidade	5.0000	R\$ 245,50
263651	Revelador Dental Cat 8610248 Kodak	Unidade	15.0000	R\$ 271,50
275644	Ionômero de vidro p/ restauração pó + líquido	Unidade	40.0000	R\$ 2.086,00
279304	Anestésico odontológico injetável s/ vasoconstritor ex c/ 50 tubetes de 1.8ml	Caixa	15.0000	R\$ 2.008,50
279309	Brocas diamantadas nº3228	Unidade	6.0000	R\$ 107,10
284259	Selante de fôssulas e fissuras fotopolimerizável	Unidade	5.0000	R\$ 379,00
288103	Placa de Vidro	Unidade	30.0000	R\$ 507,00
288104	Carbônio (Cartela)	Unidade	50.0000	R\$ 405,00
288106	Colgadura simples (Grampo)	Unidade	50.0000	R\$ 270,00
288107	Broca Diamantada n 1013	Unidade	10.0000	R\$ 178,50

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 19.191,60 ( dezenove mil, cento e noventa e um reais e sessenta centavos); Ata de Registro de Preços nº 005/16.

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Yorge



$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

2.9 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2016, no programa de trabalho:

- Fundo Municipal de Saúde – 1713- 21.01.10.302.0061.2198 - 3.3.9.0.30.00.00.00.00;

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato contados a partir de 13 de maio de 2016 e termos previstos para 28 de janeiro 2017, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

### 4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

#### 4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

#### 4.2 – Da Contratada:

4.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. 029/2015;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento de produtos executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

gongze

3



4.2.4 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.5 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. 029/2015;

4.2.6 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

4.2.7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.8 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

## **5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES**

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

## **6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuíam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

gongel

4



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Procuradoria Geral do Município



6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.2.3 - paralisação do fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 – produtos fornecidos de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;

IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

gongel

5



V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.8.3 - Indenizações e multas.

6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

#### **7.0 - DOS CASOS OMISSOS.**

7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, 13 de maio de 2016.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida**  
Contratante

**LIMPALAR COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**  
**Jorge Henrique de Souza Azevedo**  
Contratado

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF: